

PARECER JURÍDICO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2021.1011-002/SEMEB

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS PSICOMOTOR INTERATIVOS

Trata-se de consulta realizada pela respectiva secretária municipal, notadamente acerca do regular atendimento aos preceitos e exigências normativas para viabilidade jurídica de procedimento de dispensa de licitação, tombado sob o nº 2021.1011-002/SEMEB, o qual tem como objeto a contratação acima mencionada.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a esta Procuradoria Municipal, enquanto assessoria jurídica, compete exarar parecer meramente opinativo, sob o prisma estrito da legalidade, de observância aos princípios administrativos, não cabendo adentrar em qualquer aspecto relativo à conveniência e oportunidade da prática do ato administrativo, dizeres estes que estão reservados à esfera discricionária do administrador público competente.

Especialmente quanto à atribuição deste procurador-geral adjunto, o Ato Normativo nº. 002, de 16/03/2021, emanado pela d. Procuradoria Geral do Município, publicado no Diário Oficial do Município em 30/03/2021, designou atribuição para o crivo e emissão de pareceres em procedimentos licitatórios atinentes à Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte.

Assim, a análise do presente parecer é restrita aos parâmetros determinados pela Lei nº 8.666/93, atribuindo-se tão somente considerar os aspectos jurídicos do procedimento licitatório em si, se fiel à observância dos preceitos legais, sobretudo seu *iter* procedimental.

Reza o art. 38, VI, da Lei 8.666/93, que:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:
(...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

Em atenção ao despacho do Excelentíssimo Senhor Secretário, sobrevieram os autos a esta Procuradoria Municipal para exame de processo administrativo licitatório, praticamente concluído, que trata da contratação da empresa **RONAI COMERCID DE LIVROS LTDA – ME (PRONAI MATERIAL INTERATIVO)**, CNPJ – 10.748.147/0001-18, visando atender as necessidades descrita, no valor global de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), conforme demonstrado no Termo de Referência.

Vê-se que o Pedido de Solicitação de Despesa para execução do objeto deste processo administrativo, na modalidade de dispensa de licitação, baseou-se no art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

Heraldo Holanda Jr.
OAB/CE 33954

Página 1 de 4



Acompanham os fólios os seguintes documentos: Pedido de abertura de procedimento administrativo com solicitação de despesa; autuação; Pesquisa de mercado; Autorização com impacto orçamentário; Termo de referência com justificativa; Declaração de dispensa e ratificação; extrato de dispensa; justificativa para a escolha da empresa; convocação da melhor proposta; e minuta do contrato.

Quanto à justificativa utilizada pelo gestor público, segue no termo de referência e demais documentos, *in verbis*:

"A presente aquisição se dá em virtude da necessidade de aprimoramento na qualidade do ensino, proporcionando atividades interativas que estimulem o desenvolvimento motor infantil através de atividades recreativas, sendo solicitado através da Secretaria Municipal de Educação Básica - SEMEB". (sic)

As despesas serão realizadas à conta da seguinte dotação orçamentária consignada no vigente orçamento e serão custeadas com recursos próprios DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0802.12.365.1204.1.037– Construir, Ampliar e Equipar Unidades Escolares – Ensino Infantil, ELEMENTO DE DESPESAS: 4.4.90.52.00 – Material Permanente, FONTE DE RECURSOS: Próprios.

É o relatório, passo a opinar.

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam, a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório mediante disputa propriamente dita.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. Numa interpretação sistemática do art. 24 c/c 23, da Lei nº. 8.666/93, e Decreto nº. 9.412, de 18/06/2018, temos a possibilidade de dispensa na espécie. Vejamos:

Art. 24. É dispensável licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a do inc. II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

Heráclio Holanda Jr.
OAB/CE 33954



a) convite até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

Decreto nº. 9.412/2018.

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

(...)

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

Isto quer dizer que para a contratação direta de serviços e compras diversas, por meio da dispensa de licitação, os valores não poderão suplantar o limite de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

In casu, trata-se aquisição no valor global de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

É de sabença que na dispensa há a possibilidade de competição que justifique a licitação, de modo que a própria lei faculta a contratação direta, que fica inserida na competência discricionária do gestor público¹.

Deve-se esclarecer, ainda, que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação, no presente caso, mister restar comprovado que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração. Aliás, sobre a pesquisa de mercado, vê-se que a Administração se preocupou em cotar com empresas que efetivamente atuam no mercado.

Lado outro, importante observar a orientação mais recente do TCU, quando menciona que "a pesquisa de preços para elaboração do orçamento estimativo, da licitação não deve se restringir a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo ser utilizadas outras fontes como parâmetro, a exemplo de contratações públicas similares, sistemas referenciais de preços disponíveis, pesquisas na internet em sítio especializados e contratos anteriores do próprio órgão"².

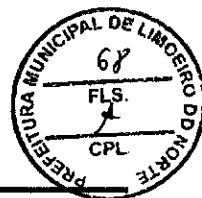
No mesmo sentido, "as pesquisas de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral devem ser baseadas em uma 'cesta de preços', devendo-se dar preferência para preços praticados no âmbito da Administração Pública, oriundos de outros certames. A pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores deve ser utilizada em último caso, na ausência de preços obtidos em contratações públicas anteriores ou em cestas de preços referenciais (Instrução Normativa SEGES-ME 73/2020)"³.

Como em qualquer contratação, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, deve essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública, tudo para não impactar sobremaneira os cofres públicos.

¹ Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo - 30.ed. Rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2017. P. 369.

² Acórdão nº. 713/2019 (Plenário, 27 de março de 2019).

³ Acórdão nº. 1875/2021 - Plenário.



Quanto à minuta contratual, vê-se obediência aos critérios determinados pelo art. 55 da Lei nº. 8.666/93.


Por fim, imperioso consignar ainda que, servindo como recomendação, esta Comissão de Licitação ou Secretaria responsável pela contratação direta promova a fiscalização do cumprimento do contrato, mediante certificação ou declaração posterior nos autos, sem prejuízo da prestação de contas ordinária.

Destarte, se adotadas as providências assinaladas e se abstendo, obviamente, da aferição dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, **OPINO** favoravelmente pelo prosseguimento do certame.

É o parecer, S.M.J.

Encaminhe-se cópia a PGM/LN.

Limoeiro do Norte, 16 de novembro de 2021.


Heraldo de Holanda Guimarães Júnior
OAB/CE 33954

Procurador Adjunto do Município de Limoeiro do Norte – Ceará
Portaria nº. 058/2021, de 1º/03/2021